

UMA ANÁLISE ACERCA DO ACESSO E PERMANÊNCIA DAS MULHERES AO ENSINO SUPERIOR

Wélida de Araujo Brito¹

Thais Araujo Dias²

Cínthya Maria Caetano Albuquerque³

Resumo: Ao adotar o conceito de gênero como referência para a análise, observa-se a construção social e histórica do feminino e do masculino em uma sociedade marcada por uma forte assimetria. Nesse sentido, ressalta-se que o contexto social em que ocorre a expansão do ensino superior é marcado pela abertura do regime político ditatorial e pela liberalização sexual, processo que ocorreu tardiamente e fez com que as mulheres ingressassem há menos de cem anos de forma decisiva nos espaços públicos, sobretudo nas Universidades. Tem-se como objetivo promover um processo investigativo acerca da permanência das mulheres no ensino superior, partindo do pressuposto de que elas se encontram em situação de maior opressão, além de buscar entender como o ambiente social constrói a identidade das mulheres e como o contexto histórico e a vulnerabilidade de gênero interferem diretamente nos índices de permanência no âmbito acadêmico. A pesquisa é de natureza básica, portanto feita com a finalidade de abordar o acesso e permanência das mulheres no ensino superior, sem que se tenha uma aplicação imediata. O objetivo de estudo é o explicativo, uma vez que busca identificar os aspectos que caracterizam essa temática e o procedimento utilizado foi o teórico-bibliográfico, tendo em vista que foram utilizados artigos publicados nas plataformas Scielo, Capes e Google Acadêmico entre 2018 e 2022. O ressurgimento do movimento feminista no Brasil, acarretou, tardiamente, na entrada das mulheres nas Universidades, uma vez que o contingente feminino estava, por séculos, ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar. Diante disso, é necessário problematizar que a Assistência Estudantil, refletida também a partir de condições sociais, econômicas e educacionais antecedentes ao período de ingresso na graduação, constitui-se numa oportunidade real para a expressiva maioria de estudantes ter acesso às condições de permanência, diante das inúmeras necessidades advindas do ingresso no curso. Diante disso, entende-se que a assistência estudantil se constitui como uma forma de

Gt 1- Direitos Fundamentais

¹Graduanda em Direito na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista de Pesquisa na modalidade PIBIC - CNPQ. Foi monitora das disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico e Psicologia Geral e Jurídica, e atualmente é monitora da Disciplina de Direito das Famílias. Integrante do Projeto de Pesquisa e Extensão Centro de Estudos em Direito Constitucional, vinculado ao curso de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Projeto de Extensão Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, ligado à Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: welidabrito02@gmail.com. Orcid: 0000-0001-8894-5364.

² Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professora do Curso de Direito da UVA. Advogada. Email: araujodias-thais@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-00030217-9289>.

³Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP). Pesquisadora do Grupo Ágora - Núcleo de estudos em Direito Eleitoral, política e democracia e de promoção da cidadania (PPGD/UFC). Membro da Transparência Eleitoral Brasil. E-mail: cinthya211maria@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8440508542466679>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7364-0522>.

organização dos serviços de apoio discente e de iniciativas para a democratização do acesso ao ensino superior e ressalta-se que os auxílios ocasionam em índices significativamente maiores de permanência entre as estudantes beneficiárias.

Palavras-chave: Mulher; Ensino Superior; Acesso; Permanência.

Gt 1- Direitos Fundamentais

¹Graduanda em Direito na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista de Pesquisa na modalidade PIBIC - CNPQ. Foi monitora das disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico e Psicologia Geral e Jurídica, e atualmente é monitora da Disciplina de Direito das Famílias. Integrante do Projeto de Pesquisa e Extensão Centro de Estudos em Direito Constitucional, vinculado ao curso de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Projeto de Extensão Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, ligado à Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: welidabrito02@gmail.com. Orcid: 0000-0001-8894-5364.

² Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professora do Curso de Direito da UVA. Advogada. Email: araujodiassthaish@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-00030217-9289>.

³Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP). Pesquisadora do Grupo Ágora - Núcleo de estudos em Direito Eleitoral, política e democracia e de promoção da cidadania (PPGD/UFC). Membro da Transparência Eleitoral Brasil. E-mail: cinthya211maria@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8440508542466679>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7364-0522>.